

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), NA LUTA PELA TERRA E POR ESCOLA NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

TRAJECTORY OF THE LANDLESS RURAL WORKERS' MOVEMENT (MST), IN THE STRUGGLE FOR LAND AND SCHOOL IN THE NORTHERN REGION OF MATO GROSSO

Ana Maria dos Reis

Universidade Estadual Paulista, Mato Grosso, Brasil

ana-maria.reis@unesp.br | <https://orcid.org/0000-0003-2804-3769>

Waldemir Aparecido Smanhoto

Universidade Federal de Juiz de Fora, Mato Grosso, Brasil

58080341168@estudante.ufjf.br | <https://orcid.org/0000-0001-5830-8006>

Resumo

Este texto pretende contribuir com o debate pedagógico trazendo algumas reflexões sobre a organização, luta, conquistas da terra e da escola pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Através da pesquisa bibliográfica buscamos elementos teóricos para percorrer um pouco o caminho traçado por esse movimento, sua história de resistência contra o modelo de desenvolvimento agrário do agronegócio a conquista do Assentamento 12 de Outubro na região Norte de Mato Grosso, da Escola Estadual Florestan Fernandes, da educação do campo e como se constitui um projeto desenvolvido pela escola e sua relação com a comunidade. Destacaremos também a importância do papel do/a educador/a no processo da reforma agrária e uma pedagogia crítica de interesse dos assentados e outros aspectos importantes para tecermos significações, trazendo à tona atores sociais organizados em coletivos que lutam pela terra e transformação social, na garantia de direitos fundamentais, como: educação, saúde, moradia, crédito rural, produção, industrialização e comercialização de seus produtos.

Palavras-chave: MST; Reforma Agrária; Educação do Campo.

TRAJECTORY OF THE LANDLESS RURAL WORKERS' MOVEMENT (MST), IN THE STRUGGLE FOR LAND AND SCHOOL IN THE NORTHERN REGION OF MATO GROSSO

Abstract

This text intends to contribute to the pedagogical debate by bringing some reflections on the organization, struggle, conquests of land and school by the Landless Rural Workers Movement -

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



MST. Through bibliographical research, we sought theoretical elements to walk a little along the path traced by this movement, its history of resistance against the agrarian development model of agribusiness, the conquest of the 12th of October Settlement in the northern region of Mato Grosso, from the Florestan Fernandes State School, of rural education and how a project developed by the school and its relationship with the community is constituted. We will also highlight the importance of the educator's role in the agrarian reform process and a critical pedagogy of interest to the settlers and other important aspects for us to weave meanings, bringing to the fore social actors organized in collectives that fight for land and social transformation, in the guarantee of fundamental rights, such as: education, health, housing, rural credit, production, industrialization and commercialization of its products.

Keywords: MST; Land reform; Field Education

TRAYECTORIA DEL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST), EN LA LUCHA POR LA TIERRA Y LA ESCUELA EN LA REGIÓN NORTE DE MATO GROSSO

Resumen

Este texto pretende contribuir al debate pedagógico trayendo algunas reflexiones sobre la organización, la lucha, las conquistas de la tierra y la escuela por parte del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST. A través de la investigación bibliográfica, buscamos elementos teóricos para caminar un poco por el camino trazado por este movimiento, su historia de resistencia contra el modelo de desarrollo agrario del agronegocio, la conquista de la Asentamiento 12 de Octubre en la región norte de Mato Grosso, desde la Escuela Estatal Florestán Fernandes, de educación rural y cómo se constituye un proyecto desarrollado por la escuela y su relación con la comunidad. También destacaremos la importancia del papel del educador en el proceso de reforma agraria y una pedagogía crítica de interés para los pobladores y otros aspectos importantes para que podamos tejer sentidos, poniendo en primer plano a los actores sociales organizados en colectivos que luchan por la tierra y la transformación social. , en la garantía de los derechos fundamentales, tales como: educación, salud, vivienda, crédito rural, producción, industrialización y comercialización de sus productos.

Palabras clave: MST; Reforma agraria; Educación de campo

Introdução

A constituição do MST se dá através de um coletivo de famílias de agricultores com objetivos comuns, que se encontram e se organizam num acampamento, à beira de uma rodovia, em barracas construídas através de materiais encontrados nas proximidades, e cobertos na sua maioria com lonas pretas. Esse é um momento muito difícil de sobrevivência, devido à falta de condições adequadas, como: estruturas, água, energia, saúde, educação e alimentação. Grande parte da sociedade civil as veem as margens de uma rodovia, às autoridades políticas as deixam às margens da sociedade, ou seja, preferem marginalizar o movimento e as famílias que as compõem do que pensar em estratégias políticas que agilizam a reforma agrária.

Com a negligência do poder público, na maioria das vezes, uma escola do campo é erguida através de mutirões pelos acampados junto com o processo de luta pela terra (CALDART, 2000). Essa escola não é uma escola qualquer. Os versos da música *Construtores do Futuro*, reflete o desejo de como deve ser essa escola: “Que tenha a ver com a vida com a gente. Querida e organizada. E conduzida coletivamente” (GILVAN SANTOS, 2006, p. 26). A sua construção e funcionamento é fundamental para manter as famílias unidas e organizadas pela reforma agrária, pois terão onde estudar próximo de onde vivem, evitando assim, que o coletivo seja prejudicado na diminuição de algumas famílias, por buscarem outros locais para garantir educação para os/as filhos/as.

No início a escola é improvisada embaixo de pés de árvores, barracas de lonas pretas ou casa improvisada na sede da fazenda conquistada. É uma escola diferente, visível em sua estrutura precária, em relação às de alvenaria da cidade, mas significativa para a comunidade, pois a prática pedagógica se entrelaça com a luta de todos, através de um currículo pensado a partir da realidade vivida.

Desta forma, a escola é gestada desde o início com práticas pedagógicas diferentemente de tendências educacionais liberais (Libâneo, 1993), porque ela é pensada pela própria comunidade para servir aos interesses da classe trabalhadora e não para servir aos donos dos meios de produção, ou seja, uma escola que contrapõem uma “educação para a competitividade de mercado de nações dentro da economia global” (BALL, 2016, p. 10), porque as padronizações globais conforme as economias de interesses dominantes provoca um apagamento da cultura local e seus modos de vida e produção.

Segundo Libâneo (1993), as tendências pedagógicas liberais (tradicional ou renovada) predominam no Brasil, para atender os interesses do modelo produtivo capitalista, através de formação de mão de obra para o mercado, que de um lado concentra a riqueza produzida nas mãos da elite dona dos meios de produção e detém também o poder político e de outro lado deixa na miséria a

maioria dos trabalhadores que tem somente sua mão de obra para vender. Essa escola capitalista é meramente técnica, privilegiando uma formação para o conformismo e aceitação dos mecanismos de exploração como naturais, onde o sujeito ao invés de se indignar e lutar por mudanças, desenvolve um sentimento de gratidão pelo opressor, ou seja, recebe um salário de miséria que não dá conta do básico para a sobrevivência, mas mesmo assim agradece a Deus e ao patrão pelo emprego, sem refletir que o lucro do produto por ele produzido, na sua maior parte, fica nas mãos de uma pequena elite.

Para se contrapor a essa relação de opressores e oprimidos (FREIRE, 1987) entre seres humanos que se estabelece, dentro do sistema produtivo capitalista, nasce a escola do campo conquistada no seio da luta, pelos trabalhadores organizados no MST, construída a partir de um Projeto Político Pedagógico com um currículo significativo para a comunidade, que possibilita o desenvolvimento de projetos agroecológicos e de economia solidária que transcendem as quatro paredes de uma sala de aula, ajudando as famílias a produzirem, comercializarem e cuidarem da natureza, fora da lógica do agronegócio.

Desta forma, o MST na sua constituição histórica vem desempenhando um papel social significativo para os pequenos trabalhadores rurais, como um movimento educativo, recuperando cultura, modo de trabalhar, cultivar, comercializar e devolvendo para o pequeno camponês sua dignidade de produzir alimentos limpos de agrotóxicos sem as amarras do capital dominante.

1. O MST: história de luta, resistência e conquistas, contra a hegemonia do capital

Segundo informações disponíveis no site do MST, “O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo” (MST, 2021, online). Conforme o site, essa concentração e desigualdades sociais possuem raízes históricas e vem se constituindo desde o século XV com a colonização

portuguesa, sendo que as consequências disso atingem o Brasil até os dias de hoje, através da fome e da miséria. As formas de escravidão de indígenas e da população negra foram as estratégias dos brancos europeus para silenciarem outras culturas, estabelecendo uma divisão entre aqueles que dominam e os que são dominados, os que possuem e os despossuídos ou os “coronéis”, donos de muita terra, e os muitos sem-terra que não tinham onde plantar.

A concentração de terras nas mãos de poucos se constituiu no Brasil como uma prática de grilagem¹ de terras públicas, formando-se assim grandes latifúndios e ao mesmo tempo expropriando de seus territórios povos tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, pequenos agricultores, entre outros. Segundo pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB)², os dados são alarmantes e chamam a atenção sobre a extrema desigualdade social existente no nosso país:

No Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Mas são os pequenos que respondem por mais de 70% da produção de alimentos (CHIARETTI, 2016).

Na contraposição dessa barbárie nasceu o MST, um movimento social composto por famílias de pequenos agricultores sem-terra. Conforme Roseli Salette Caldart:

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Este encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistências na terra,

¹ É o nome dado ao roubo de terras da união através da utilização de jagunços ou capangas armados, onde muitas vezes expulsam povos tradicionais que habitam a área, aterrorizando e provocando mortes. Um título falsificado de posse da terra é providenciado através de uma prática antiga de guardar o documento numa gaveta com grilo. Com o tempo o mesmo fica com uma aparência amarelada, dando a impressão de posse durante muito tempo. As posses são regularizadas através de aprovação de leis que dão autenticidade ao documento. Existem muitos casos de grilagem de terras no Brasil, realizadas por políticos, se tornando latifundiários, que legislam em benefício próprio e da elite que eles representam.

² Estudo que destaca a concentração de terras no Brasil. Disponível no site: <https://alfonsin.com.br/estudo-destaca-concentrao-de-terras-no-brasil/>

bem como diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladores dessas lutas (CALDART, 2000, p. 68)

Ainda segundo a autora, a articulação da luta pela terra no primeiro encontro, tiveram como apoiadores: a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Operários, a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Desta forma, durante os mais de 38 anos de marchas por justiça social, o movimento se tornou uma referência histórica de resistência, luta e embates contra a hegemonia do sistema capitalista. Neste sentido, vem recebendo por onde se instalam os acampamentos e assentamentos mais apoio da sociedade, como: alguns setores da Igreja Católica, os Atingidos por Barragens (MAB), professores, universidades, organizações internacionais, dentre outros.

Segundo o terceiro informativo da Campanha Nacional pela Reforma Agrária³ do MST, os objetivos principais foram sintetizados no lema “terra para quem nela trabalha”, são: lutar pela terra; lutar pela Reforma Agrária; lutar por mudanças sociais no país e, depois de assentado na terra, praticar a produção de alimentos ecológicos e melhorar as condições de vida no campo.

Portanto, as ações do MST são legítimas, por lutarem pela função social da terra (artigo 186 da Constituição Federal). Sua história é referenciada por uma vasta gama de pesquisas científicas em universidades brasileiras e no mundo, que em sua maioria tem o objetivo de desconstruir a imagem de movimento criminoso, desenhado pela elite dominante e seus aparelhos midiáticos. As ocupações são em propriedades improdutivas ou aquelas destinadas para a reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fim de colocar em pauta, para discussão com o Poder Público, suas demandas sociais que historicamente são negligenciadas por interesses antidemocráticos.

³ Terceiro Informativo do MST sobre a Reforma Agrária, em 26/03/1984, para divulgar informações das lutas dos trabalhadores. Disponível em: <https://mst.org.br/download/campanha-nacional-pela-reforma-agraria-terra-para-quem-nela-trabalha/?wpdmdl=214547&refresh=628b920d754f81653314061>

Discorrendo nesta linha de pensamento, umas das pautas colocadas em discussão pelo MST, desde o início de um acampamento é a educação. Segundo Caldart:

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra. (CALDART, 2000, p.43).

Já no início do acampamento ou assentamento o setor de educação faz as primeiras listas de crianças em idade escolar e colocam como umas das pautas para serem discutidas junto ao poder público. A reivindicação é pela construção de escolas no local onde vivem e a contratação de educadores. Mas até que seja construída uma escola definitiva, as primeiras aulas acontecem, embaixo de pés de árvores, em barracas de lonas pretas ou em casas improvisadas na sede do latifúndio desapropriado. Assim, surgem as primeiras escolas no MST, a preocupação é assegurar o direito à educação das famílias camponesas. Concordamos com Célia Regina Vendramini:

[...] o MST envolve toda a família na luta, desde as crianças até os velhos, passando pelos jovens, pelas mulheres e homens adultos, a questão educacional e escolar se impõe já nos primeiros acampamentos e assentamentos organizados [...]. A escola aparece como uma necessidade de famílias assentadas com crianças pequenas que não podem ficar fora da escola, e pela longa “espera” em acampamentos para a conquista da terra (VENDRAMINI, 2010, p.3).

A prática pedagógica, traz desde o início uma educação libertadora (FREIRE, 1967), que vai desconstruindo o currículo tradicional imposto pela educação capitalista, que tem o objetivo de formar seres humanos para servir de mão de obra, conforme o interesse do capital, o qual faz com que o jovem estudante saia do campo para buscar condições de sobrevivência na cidade. No lugar, contra a hegemonia do capital, nasce a Educação do/no Campo que tem como objetivo desenvolver práticas pedagógicas que valorizam a realidade da comunidade, com seus modos de ser/viver/produzir/comercializar.

2. Educação do/no Campo: o direito à educação sem precisar sair do campo

A Educação do Campo tem nos movimentos sociais seu principal protagonista e “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no campo” (CALDART, 2009, p. 39). Portanto, é uma educação pensada com os sujeitos que vivem no campo levando em consideração a sua realidade, modo de vida e saberes, no sentido de humanizar as relações humanas, valorizando-os para garantir a permanência no campo com perspectiva de vida digna. Assim, de acordo com Caldart (2004), a Educação do Campo pode ser entendida:

[...]como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, [grifo da autora] gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. [...] A educação do campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo é educação, formação de seres humanos. (CALDART, 2004, p. 17).

Surge também como uma proposta para contrapor a “Escola Rural”, que é um modelo de escola pensado a partir de um currículo urbano, ou seja, a mesma está localizada próxima dos camponeses, mas distante de sua realidade.

Vale salientar que, essa escola rural, muito frequente no passado em várias comunidades pelo país foram sendo fechadas conforme o avanço do agronegócio. No entanto, a mesma nada contribuiu para evitar o êxodo rural, pois a sua constituição servia somente para instruir o camponês tecnicamente, sem refletir sobre a realidade vivida. Conforme Paulo Freire (1991), o ensino era voltado somente para a aprendizagem das primeiras letras, ou seja, ensinava a fazer a leitura da palavra, sem fazer a leitura do mundo, justamente por estar alinhada aos interesses da elite dominante. Assim, o pequeno agricultor ficou com essa marca de sujeito atrasado, onde o pensamento que

prevalecia era: “para ser alguém na vida, precisa sair do campo para ir estudar e trabalhar na cidade”.

A Educação do Campo tem o objetivo de promover uma formação humana para desconstruir essa visão negativa do pequeno agricultor e do campo como lugar de atraso e no lugar construir outra visão de campo como lugar de produção de vida, alimentos saudáveis, respeito a natureza, onde os povos são sujeitos de direitos para poder viverem dignamente no espaço que escolheram, sem serem ameaçados pelo projeto capitalista, que é dominante e excludente. Conforme ressalta Arroyo (2010):

É também ver e captar que o campo está vivo, que é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão, e que os povos do campo, em sua rica diversidade, afirmam-se como sujeitos políticos em múltiplas ações coletivas. (ARROYO, Pg11, 2010).

Sabemos que as estratégias políticas governamentais beneficiam somente os grandes produtores. Em muitas regiões do país, as pequenas propriedades foram sendo desfeitas para compor latifúndios, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais no campo e favorecendo a formação de bolsões de pobreza nas cidades.

Pensando em reverter esse quadro caótico, o MST vem lutando há décadas pelo assentamento de famílias no campo e construções de escolas nas comunidades, como forma de se contrapor ao sistema capitalista, propondo outro tipo de educação vinculada aos interesses dos camponeses. Segundo fonte no site do movimento, “são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais”, ou seja, aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, conseqüentemente, milhares de escolas foram construídas. Por nascer no seio da luta, é uma escola fruto da resistência e teimosia daqueles que querem permanecer no campo. Enquanto as antigas escolas rurais são fechadas frequentemente pelo poder público, as do campo permanecem em funcionamento. Por exemplo, até o final do século XX, o município de Cláudia/MT tinha mais de 15 escolinhas nas comunidades rurais, no entanto, com o avanço do agronegócio, todas foram fechadas. As que

existem hoje são 3 escolas nos assentamentos de reforma agrária, que foram construídas pelas comunidades a partir do ano de 2005, ou seja, o que manteve escolas abertas no campo até agora não foram as políticas governamentais, mas sim a resistência dos camponeses que lutam pela transformação da sociedade através de uma educação voltada aos interesses dos sujeitos do campo, deste modo:

[...] Não teria sentido o MST lutar pela escola da forma como ela está instituída. Temos uma escola cujo conteúdo reflete certas relações humanas que não correspondem aos objetivos do MST, que busca transformar a sociedade e as relações que as engendram [...] (VENDRAMINI, 2000, p.165)

Os movimentos sociais se constituem como sujeito político coletivo, com força de intervenção junto ao poder público para implementação de políticas que beneficiam também a classe trabalhadora. Portanto, com essa força de organização e participação nas discussões junto aos órgãos competentes, o termo educação rural ganhou outro sentido nos documentos oficiais.

Neste sentido, concordamos com o pensamento de Mônica Molina (2012), sobre a luta dos movimentos sociais por políticas de educação do campo como garantia de direitos sociais:

O processo geral de reconfiguração da lógica do capital, com a perda de direitos sociais que haviam sido historicamente conquistados em intensos processos de lutas empreendidos pelas classes trabalhadoras, exprime parte da importância que se tem dado, no movimento histórico da Educação do Campo, às lutas pelas políticas públicas, pois esse movimento maior de reação da sociedade civil, de homens e mulheres que se recusam a aceitar o modo de vida imposto pela sociabilidade do capital, que tudo mercantiliza, e exigem do estado, na luta por seus direitos, a institucionalização das políticas sociais. (MOLINA, 2012, p. 589).

Assim, o termo “Educação do Campo”, como crítica a “Educação Rural” entrou em pauta para discussão no I ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária), em 1997 e no I Congresso Nacional Por uma Educação do Campo, em 1998, organizado pelo MST tendo como parceiras algumas instituições: Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Um ano antes, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, alguns marcos legais que fundamentam o direito dos povos do campo foram garantidos com a participação dos movimentos sociais. Os incisos I, II e III do Artigo 28 reconheceram as especificidades da educação no meio rural: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Deste modo, a LDBN nº 9394/96 deu subsídios para pensar a educação com práticas pedagógicas adequadas à realidade onde os sujeitos vivem, como forma de garantir que as famílias permaneçam em suas propriedades. Neste contexto, a escola exerce uma função social de valorizar os camponeses e desconstruir a ideia do campo como lugar de atraso, respeitando a cultura, o ciclo produtivo e as condições de acesso devido aos períodos chuvosos. Enquanto processo educativo, o projeto político-pedagógico (PPP) é construído coletivamente, envolvendo todos os segmentos da escola e os pais, permitindo assim o desenvolvimento de um currículo para uma educação libertadora e formação humana, com projetos que vão além da sala de aula e contribuem com conhecimentos para fortalecer o modo de produzir e comercializar das famílias.

Na trajetória de lutas dos movimentos sociais por uma educação de qualidade foi instituído, em 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo através da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril de 2002, que veio como uma conquista de interesse dos povos rurais, ao defender políticas sociais universalistas. A intenção é a escola do campo desenvolver práticas pedagógicas que ajudem a fortalecer políticas emancipatórias, contribuindo assim com a autonomia das famílias que vivem e produzem na comunidade, ou seja, dar condições às mesmas para viverem dignamente sem precisar de políticas compensatórias e assistencialistas de governos. Tais políticas de governo não resolvem os problemas sociais, por

tornar o povo dependente. Além disso, são políticas das quais muitos políticos têm interesse, pois se beneficiam para serem eleitos ou reeleitos e continuarem no poder. A emancipação também decorre da relação de trabalho sem os mecanismos de exploração, vistos em muitos projetos de economia solidária de iniciativa popular, com origem em escolas construídas pela organização de um coletivo.

Deste modo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) é um documento de interesse ao fortalecimento das escolas do campo e a comunidade onde ela está inserida, por trazer em seus artigos a observância da realidade e suas especificidades, de acordo com os interesses de quem vive e produz no meio rural, tais como: identidade da escola do campo; organização curricular; responsabilidade do poder público na garantia da oferta educacional em todas as modalidades; autonomia para as escolas organizar suas turmas em ciclos, alternâncias, série ou classe multisseriada, calendário respeitando o ciclo de trabalho e o período chuvoso; gestão democrática e formação específica para os educadores atuarem no campo.

Desta forma, posto em prática tanto nas garantias na LDBN nº 9394/96 ou nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), a educação será pensada com e a partir dos interesses da classe trabalhadora do campo, diferentemente de um ensino urbano e capitalista, onde os pacotes educacionais são pensados para servir ao interesse do capital e são impostos de cima para baixo sem a participação da comunidade. Assim, os projetos que ganham notoriedade ajudando as famílias em sua autonomia, através de um processo de produção e comercialização e geração de renda, são os de iniciativa popular e não aqueles que advêm de políticas compensatórias de interesse de empresários e banqueiros.

Em seguida, traremos uma breve discussão acerca da conquista de um assentamento de reforma agrária, a escola, sua prática pedagógica e as relações que são estabelecidas com a comunidade através de desenvolvimento

de um projeto que ajuda as famílias continuam no campo, produzindo de forma saudável, comercializando e gerando renda, com respeito a natureza, sem uso de agrotóxicos e adubos sintéticos.

3. O Assentamento 12 de Outubro: luta e resistência por uma escola do/no campo

O Assentamento 12 de Outubro está localizado na região norte de Mato Grosso, no município de Cláudia. Foi conquistado pelas famílias organizadas pelo MST, no final do ano de 2007, após ficarem aproximadamente 6 meses acampadas em barracas de lonas pretas em frente ao latifúndio, às margens da BR 163. Era uma área denominada de fazenda Panorama, sendo que houve um longo processo de negociação até ser adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e destinada para reforma agrária.

No período de acampamento as famílias ficaram mobilizadas com o objetivo de conquistar a terra. A luta era constante e se intensificou em três fechamentos da BR 163, para dar visibilidade a sociedade e chamar a atenção do poder público para o problema social. Começou também com a preocupação com a educação das crianças e foi deste modo que a coordenação construiu a primeira sala de aula embaixo de uma castanheira. Junto com o processo de luta pela terra inicia-se então as discussões da importância de ter escola no assentamento, haja visto que uma parte dos/as educandos/as tinham que se deslocar até o município vizinho de Itaúba/MT, que fica a aproximadamente 50 km de distância. A existência de escola próxima onde as famílias vivem é uma forma de garantir a permanência das famílias no fortalecimento da luta.

Com as famílias no assentamento em 2008 e 2009, foram improvisadas salas de aulas na antiga sede da fazenda, como salas anexas de uma escola da cidade, nas quais se atendiam turmas de educação infantil e ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2010, o setor de educação do movimento intensificou a negociação junto ao poder público de Cláudia/MT, para a construção de salas de aulas no

assentamento, e atender todos os educandos próximos onde as famílias viviam. Devido à dificuldade de diálogo entre a direção do MST e o executivo do município no atendimento da pauta educacional, as famílias organizaram-se e ocuparam a prefeitura, determinadas em sair somente após conseguir os materiais para a construção da escola. Devido a essa luta, conseguiram uma quantidade de telhas e madeiras bem precárias contendo chapas de compensados para as paredes, mas não disponibilizou mão de obra. Em seguida foi erguida as salas de aula, secretaria e refeitório, através de mutirão pela própria comunidade.

Essa estrutura durou pouco tempo, ou seja, as paredes apodreceram rapidamente, começaram a aparecer goteiras dentro das salas, além de oferecer risco de acidente aos profissionais que ali trabalhavam e aos/as educandos/as. Após muita pressão junto ao executivo municipal, em 2015 foi feita uma reforma, na troca do madeiramento anterior por outro e no lugar de compensados foram utilizadas tábuas, sendo que permanece a mesma até hoje. O recurso utilizado veio do auxílio aos municípios, devido a construção de uma Usina Hidrelétrica nas proximidades.

Mais de 13 anos se passaram, desde a conquista do assentamento e ainda não foi construída uma escola de alvenaria com as condições mínimas de funcionamento, mesmo havendo projeto aprovado e recurso já na conta do governo estadual desde o ano de 2016. A escola não possui quadra poliesportiva, biblioteca, laboratórios de informática e ciências, comprovando assim a falta de políticas públicas que atendam às demandas dos povos do campo. Desse modo, seus direitos são constantemente negados. Não há incentivos por parte do governo para as famílias produzirem, comercializarem e continuarem no campo. A desvalorização é tanta que por questões de sobrevivência alguns são obrigados a venderem seus lotes e ir morar na cidade em busca de melhores condições, mas o que vemos é o aumento da pobreza nas cidades, enquanto no campo, o setor dominante concentra terras e lucros.

O espaço do Assentamento 12 de Outubro é uma área de disputa, pois está rodeado de grandes latifúndios, onde a agricultura praticada é a monocultura, com o cultivo predominante da soja e do milho, regados a altas doses de agrotóxicos. Neste contexto, está a Escola Estadual Florestan Fernandes, que constantemente sofre ameaça de fechamento mesmo tendo mais de 100 educandos/as e todos os anos enfrenta dificuldades para conseguir abrir as turmas, contratar o quadro de profissionais, pois a intenção do governo é conter gastos ao invés de fazer investimentos para a melhoria da qualidade da educação do meio rural. Assim, quanto menos famílias no campo que praticam a agricultura familiar camponesa em pequenas propriedades melhor para o avanço do agronegócio em grandes latifúndios.

A Escola Estadual Florestan Fernandes é uma escola resistente, justamente por ter sido construída juntamente com a conquista da terra, pelas famílias assentadas. Traz como princípios desenvolver projetos em contraposição ao ensino capitalista e significativo para a comunidade. Deste modo, as experiências pedagógicas contribuem com uma educação em favor da classe trabalhadora, pois é pensada com a participação de quem vive, trabalha, produz e quer continuar no campo.

Neste sentido, a Escola Estadual Florestan Fernandes, preza por projetos que envolvam todos os profissionais e que façam relação com o trabalho da comunidade, valorização da cultura, respeito a natureza e fortalecimento da agricultura familiar camponesa, através de produção de alimentos saudáveis sem a utilização de adubos sintéticos e agrotóxicos. Assim faremos um breve relato sobre o Sistema Canteiros de Comercialização Solidária (CANTASOL), um projeto iniciado na escola, no ano de 2012, que se tornou permanente produzindo alimentos e gerando renda para as famílias e, conseqüentemente, contrapõem a lógica do agronegócio e contribui para que as mesmas continuem morando no campo.

Segundo informações no site do CANTASOL⁴, o projeto “tem origem nas experiências do Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS) do Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta, MT”. No Assentamento 12 de Outubro o projeto funciona através de uma parceria entre a UNEMAT, Campus de Sinop/MT, Escola Estadual Florestan Fernandes e Cooperativa de Pequenos Produtores da Região Norte de Mato Grosso (COORPEVIA).

Através de uma plataforma na internet os consumidores acessam e fazem suas compras e todas as quarta-feira a entrega acontece numa feirinha em frente a UNEMAT, na cidade de Sinop/MT, que fica a uma distância de 60 km do assentamento. As primeiras atividades ocorreram dentro da escola, com a participação dos/as educandos/as e profissionais da escola, no processo de organização da logística, ou seja, eram responsáveis em orientar as famílias para o preenchimento de produtos ofertado numa comanda, cadastramento no site, recolhimento, organização e a entrega aos consumidores.

Com o envolvimento da escola em todo o processo houve um enriquecimento das atividades pedagógicas em sala de aula, pois várias temáticas relacionadas ao projeto foram discutidas, criando na prática a consciência dos educandos e famílias que outro modo de produzir e comercializar fora da lógica do agronegócio é possível.

Deste modo, o papel dos educadores no contexto da educação do MST, vai além das quatro paredes de uma sala de aula e incorporam no currículo de uma escola do campo questões relacionadas à problemática da comunidade, fazendo assim uma educação significativa para a classe trabalhadora.

4. O papel do educador e da educadora nas escolas dos acampamentos e assentamentos

⁴ Sistema Canteiros de Comercialização Solidária (CANTASOL) tem origem nas experiências do Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS) do Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta, MT. http://cantasol.org.br/portal/?pg=s_cantasol

Na trajetória de luta e organização dos trabalhadores do campo o MST construiu uma concepção de educação que precisa ser praticada pelos educadores (as) nas escolas dos assentamentos e acampamentos. É fundamental no contexto da Educação do Campo recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da luta social.

O processo de formação vivenciado nos espaços coletivos das escolas dos assentamentos e acampamentos, é a grande matriz que nos possibilita pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça e felicidade.

Nos diferentes espaços organizativos da escola o educador e a educadora são desafiados a refletirem sobre o conjunto de práticas que fazem o dia a dia das crianças que vivem no campo, extrair delas lições que possibilitem suas ações pedagógicas é fundamental, a fim de qualificar suas práticas educativas que é chamada de Pedagogia do Movimento. Pedagogia que conforme escrito no documento (DOSSIE, MST ESCOLA, 2005) deve vincular as práticas de educação do e no campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional onde possamos viver com dignidade. A escola, ao assumir a caminhada dos povos do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade.

É fundamental entender que educação é mais que escola, ela é mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de seres humanos. A escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza.

No entanto, a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos esta é uma das lutas do MST. Lutar por escola é um direito por isso passamos a trabalhar por uma identidade própria das escolas do Campo, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento dos diferentes espaços da comunidade, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa. Ao dizer escola de assentamento (ou de acampamento), estamos afirmando a necessária vinculação da escola com a realidade local e o desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas. Ao dizer “escola do MST”, afirmamos a relação que a escola deve ter com a luta pela Reforma Agrária, que vai além das questões localizadas em cada assentamento. Ao dizer “escola do campo”, estamos assumindo um vínculo mais amplo. Alguns princípios fundamentais da pedagogia do Movimento MST, são os seguintes:

a) a relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora; b) a realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento; c) seleção de conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral; d) educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação; e) construção de um ambiente educativo que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais; f) gestão democrática, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos de gestão da escola; g) práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; h) formação para a postura e as habilidades de pesquisa; i) cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história; j) vínculo orgânico da escola às comunidades do campo; k) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolve todos os momentos do processo educativo (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005,p. 234)

Pensar a escola com essas finalidades exigem planejamento participativo onde educandos, educandas, educadores, educadoras e comunidade possam fazer parte do processo. Nas escolas dos assentamentos e acampamentos as aprendizagens e todo o ensino devem partir da realidade. O educador e a educadora precisam entender essa realidade, o meio em que vivem seus educandos e educandas o que eles fazem, pensam, sentem na sua vida prática,

saber ainda sobre seus trabalhos, organizações e tudo que os cercam. Afim de enfatizar as práticas pedagógicas aqui mencionada destacamos o trecho do PPP da Escola Florestan Fernandes, escola mencionada no texto:

A filosofia da Escola parte de uma visão de mundo que enfatiza as práticas educativas em que valoriza os saberes científicos vinculado à realidade da comunidade, buscando uma educação que privilegia a formação humana. Partindo deste princípio a escola pensa a educação do campo como uma forma de resistência e construção de consciência crítica e inclusão dos/as educandos/as do campo ao direito de ter um desenvolvimento pleno de sua cidadania, através de um projeto educativo que contrapõem ao modelo de educação excludente. Desta forma, o espaço escolar aqui proposto busca ao menos amenizar a perpetuação das injustiças sociais sofridas pelas populações do campo ao longo da história, evitando a reprodução de conteúdo alienantes que reforça o “status quo” de interesse da classe dominante. (PPP, 2021, p.14)

Os desafios dos educadores e educadoras é pensar suas práticas educativas cotidianas voltadas ao resgate dos valores camponeses como a cooperação e a solidariedade de classe, a fim de contrapor ao individualismo, ao consumismo e demais contra valores que degradam a sociedade.

Considerações finais

Durante décadas o MST vem mostrando para a sociedade que outra maneira de produzir alimentos de forma saudável é possível, com a inclusão de todos no processo de forma igualitária e sem agredir o meio ambiente. A produção nos assentamentos conquistados pelo movimento é para combater a fome e dar dignidade para as famílias assentadas e quebrar com essa relação de poder existente no sistema produtivo capitalista de exploração, como única via de produção da vida, que de um lado concentra as riquezas somente nas mãos dos donos dos meios de produção e de outro expropria o trabalhador do produto de seu trabalho, deixando-o na miséria.

O caminho para o combate às desigualdades sociais no campo é a reforma agrária para uma melhor distribuição de terras, como diz o lema do MST: “Terra para quem nela trabalha”. Deste modo, quanto mais famílias assentadas no campo, produzindo e comercializando seus produtos de forma

justa com menos exploração, violência, fome, injustiças e miséria nas cidades haverá.

Existem muitos projetos de economia solidária, através da iniciativa popular que ajudam no processo produtivo de milhares de famílias espalhadas pelo Brasil. Mas, falta mais incentivo do governo para a Agricultura Familiar Camponesa, pois esse setor é o maior responsável por levar alimentos sem agrotóxicos na mesa dos brasileiros.

A escola do campo conquistada pelos camponeses traz em seu currículo os princípios da luta do MST, com práticas pedagógicas que ajudam a contrapor a lógica de exclusão do sistema capitalista, fazendo a inversão na proposta de projetos que incentivam as famílias a produzir e continuar vivendo no campo. Essa escola combate a escola reprodutora (BOURDIEU e PASSERON, 2013), com currículo urbano que forma somente mão de obra para fortalecer o capital.

Por fim, o MST, através de suas lutas e conquistas de escolas vem desconstruindo no campo o pensamento dominante representado pela pedagogia burguesa de interesse somente de quem domina e no lugar vem escrevendo outra história através da pedagogia do movimento que leva em consideração a realidade da classe trabalhadora.

Referências

ARROYO, Miguel. Escola terra de direito. In:ROCHA, Maria Isabel Antunes, HAGE, Salomão Mufarrej (orgs). **Escola de direito reinventando a escola multisseriada,(Coleção Caminhos da Educação do Campo)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BALL, Stephen J. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional.[Entrevista cedida a] Marina Avelar. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, p. 1-18, 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Lean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 6a Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 14, abr. de 2021.

_____. Resolução CNE nº 01, de 03 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 14, abr. 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n.1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Caldart.pdf>. Acesso em: 15, abr. de 2021.

_____. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 5).

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

CANTARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.MST –**Setor de Educação**: Música Construtores do Futuro. São Paulo, New Studio, 2006.

CHIARETTI, Daniela. **Estudo destaca concentração de terras no Brasil**. AFONSIN: Ricardo Afonsin Advogados. São Paulo. 01, dez. de 2016. Disponível em: <https://alfonsin.com.br/estudo-destaca-concentrao-de-terras-no-brasil/>. Acesso em: 14, abr. de 2021.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra LTDA, v. 199, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Florestan Fernandes**. Secretaria de Estado de Educação. Cláudia, MT: 2021.

MOLINA, M. C. Políticas públicas. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 585-594.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dossiê MST Escola. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 13, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **A História da Luta pela Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 14, abr. de 2021.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

VENDRAMINI, C. R. **Escola em assentamentos rurais: o desafio na relação entre trabalho e ensino**. 2010. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7A/07A-11.pdf. Acesso em: 15, abr. de 2021.

_____. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.